

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.782 - PR
(2019/0291784-5)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : J. A. FORTUNATO DE SOUZA & CIA LTDA
EMBARGANTE : JOSE ANDERSON FORTUNATO DE SOUZA
EMBARGANTE : ANTONIO CARLOS ZAMPIERI
EMBARGANTE : LISMARI ZAMPIERI DE SOUZA
ADVOGADOS : VALDECY SCHON - PR019483
VALDEN GEORG SCHÖN - PR066201
EMBARGADO : PLAZA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA
ADVOGADO : EDUARDO EGÍDIO FERNANDES CORRÊA - PR066720

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por J. A. FORTUNATO DE SOUZA & CIA LTDA e OUTROS, à decisão de fls. 237/238, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Ressalte-se que o instrumento de substabelecimento não foi escaneado, mas sim retirado dos próprios autos onde o advogado Dr. Marcos Lisboa de Oliveira protocolou com o seu próprio certificado digital, não havendo absolutamente nenhum motivo para se duvidar da autenticidade do mesmo. Inclusive, a confirmação da autenticidade do documento está gravada na própria lateral do substabelecimento protocolado pelo causídico (fl. 241).

[...]

Inclusive o protocolo consta o identificador do advogado Dr. Marcos Lisboa de Oliveira, qual seja: “PJ5MG NNUKG UTRGM V2GR3”, o mesmo identificador da procuração apresentada no petitório retro, a qual possui inclusive a assinatura física das partes.

Portanto Ínclito Ministro, a exigência de assinatura física do advogado substabelecente, além de ser rigor excessivo, não possui amparo legal, uma vez que com o advento do NCPC a assinatura eletrônica supre tal necessidade (fl. 242).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Assiste razão à parte embargante.

Superior Tribunal de Justiça

Mediante nova análise dos autos, verifica-se que, de fato, a procuração juntada à fl. 228, encontra-se devidamente assinada pelo Dr. Marcos Lisboa de Oliveira. Sendo assim, o recurso especial está devidamente regularizado.

Ante o exposto, **acolho os embargos de declaração, conferindo-lhes efeitos infringentes, para tornar sem efeito a decisão embargada e determino a distribuição dos autos.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente